

Isabela Góis
Duarte

Graduanda em Relações
Internacionais pela Facul-
dade Damas da Instrução
Cristã

Recebido em: 21/09/2020

Aprovado em: 04/10/2021

20 ANOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA: UMA ANÁLISE À LUZ DAS QUESTÕES DE GÊNERO

20 YEARS OF WOMEN, PEACE, AND SECURITY
AGENDA IMPLEMENTATION: AN ANALYSIS BASED
ON GENDER ISSUES

RESUMO: Durante décadas, questões de política e, especialmente, de segurança internacional foram consideradas como questões ligadas somente ao gênero masculino, assim, as mulheres não eram caracterizadas como agentes influentes nas tomadas de decisões nem consideradas como capazes de agir militarmente ou civilmente diante de situações de conflito e de guerras. Tal realidade somente teve sua modificação iniciada com a ascensão das correntes de pensamento feministas. Desta forma, com o estabelecimento das Missões de Paz em 1948 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e a observação da sua notável complexidade, por lidar com vítimas de conflitos armados e de exploração sexual, chegou-se à Resolução 1325 de 2000, com vistas ao estímulo e aumento da presença feminina na construção da paz nas zonas conflitos, buscando a modificação de um *status quo* detentor de uma predominância masculina e, principalmente, como forma de garantir os direitos das mulheres ao levar em consideração as questões de gênero tão levantadas pelas correntes feministas das Relações Internacionais.

Palavras-chaves: missões de paz; feminismo; gênero; resolução 1325.

ABSTRACT: For decades, issues of politics and especially of international security were considered to be male-only issues, so women were not characterized as influential agents in decision-making, nor were they considered capable of acting militarily or civilly in situations of conflict and war. Such a reality only began to change with the rise of feminist currents of thought. Thus, with the establishment of the Peace Missions in 1948 by the United Nations Security Council and the remarkable complexity of dealing with victims of armed conflict and sexual exploitation, Resolution 1325 of 2000 was reached with a view to encouraging and increasing women's presence in peace-building in conflict zones, seeking to change a status quo with a male predominance and, above all, as a way of guaranteeing women's



rights by taking into account the gender issues so raised by feminist currents of International Relations.

Key-word: peace operations; feminism; gender; UN.

1 INTRODUÇÃO

As Missões de Paz foram estabelecidas no ano de 1948 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em um contexto de um mundo bipolarizado e por ocasião do fim da primeira guerra entre Israel e a Liga Árabe, com o propósito inicial de estabilizar países que estavam passando por conflitos regionais e como forma de apoiar resoluções de conflitos através de meios pacíficos, fazendo com que a criação de um ambiente seguro e pacífico fosse possível (MATIJASCIC, 2010). Compreende-se, portanto, que a origem das operações de paz se deram por um viés humanitário, com o objetivo de proteger e garantir os direitos humanos.

O Conselho de Segurança é o responsável pela criação, expansão ou extinção das operações de paz. Esse órgão é designado para tomar as medidas, pacíficas e/ou coercitivas, que julgue necessárias para a resolução do conflito (MATIJASCIC, 2010). Assim, com o contexto do período pós-Guerra Fria e o desmantelamento do bloco soviético, houve um aumento considerável da atuação dos capacetes azuis, haja vista eventos como a ascensão de guerras civis geradas pela queda do regime comunista e a retirada de tropas que atuavam no continente africano como soldados atuantes nas *proxy wars*, ocasionando a necessidade de uma atuação da comunidade internacional para o auxílio na garantia de ajuda humanitária nos países que estavam em conflitos internos (KENKEL, 2013).

Devido à isto, foi autorizada a implementação de 20 operações de paz entre 1989-1994¹. Entretanto, no ano de 1993, reportou-se que as mulheres eram somente 1% dos contingentes², fato que foi fundamental para a aprovação da Resolução 1325 do CSNU sobre Mulheres, Paz e Segurança. Tal Resolução exige a participação das mulheres na construção da paz, na proteção das violações dos direitos humanos, e na promoção do acesso à justiça e aos serviços para enfrentar a discriminação de gênero³.

1 DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Our history**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/our-history>. Acesso em: 15 set. 2020.

2 DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Women in peacekeeping**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em: 16 set. 2020.

3 ONU MULHERES - Organização das Nações Unidas Mulheres. **Paz e segurança**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>. Acesso em: 09 set. 2020.

Ademais, outro fator que foi de extrema contribuição para o enfrentamento da discriminação de gênero na esfera militar e política foi a ascensão das correntes feministas na área das Relações Internacionais na década de 1990, que visou a questionar o papel das mulheres na sociedade e a colocá-las como atores influentes nas tomadas de decisões no âmbito político e securitário, buscando não compreender mais as questões militares a partir de um viés masculinizado, além de abordar as relações entre gênero e militarização.

Dessa forma, o presente artigo visa fazer uma análise, com base em pesquisas bibliográficas, do papel das mulheres na promoção de uma agenda de paz e segurança, a partir da abordagem das correntes feministas, no que tange a inserção feminina nas missões de paz, e a forma como tal presença atua para a manutenção da paz.

2 AS MISSÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas é um órgão que foi criado ao final da Segunda Guerra Mundial com o fito da promoção da paz e da segurança internacional através da fomentação da cooperação entre os Estados. Assim, é um órgão que preza primordialmente pela resolução dos conflitos por vias diplomáticas e/ou formas pacíficas sem que haja violação da soberania dos Estados Nacionais.

Entretanto, em prol da garantia da estabilidade do sistema internacional, é um órgão que detém legitimidade internacional, com previsão legal na Carta que fundou a ONU em 1945, nos Capítulos VI (solução pacífica de conflitos), VII (ação em caso de ruptura da paz e atos de agressão) e VIII (participação de organizações regionais e sub-regionais na manutenção da paz e segurança)⁴ para tomar medidas que sejam efetivas para impedir qualquer ruptura da paz, inclusive fazendo uso da força em casos de violação da segurança e da paz mundial.

Dessa forma, em 1948, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, órgão vinculado à ONU com principal função de manter a paz e segurança internacional, é o responsável por elaborar uma missão de paz, que, como aponta Priscila Faganello (2013), é um termo que possui definição imprecisa, principalmente devido à falta de definição terminológica mais clara por parte das Nações Unidas, o que pode vir a ocasionar diferentes formas de designações

4 MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Operações de manutenção da paz das Nações Unidas.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4780-operacoes-de-paz-das-nacoes-unidas>. Acesso: 09 set. 2020.

para tais operações, como *peace operations*, *peacekeeping operations*, *peacekeeping missions* ou *peace forces* (FAGANELLO, 2013).

Assim, observa-se que os países-membros do CSNU são os responsáveis por definir o mandato e as tarefas a serem executadas em cada operação de paz, a sua continuidade e encerramento, por estabelecer o número de tropas e de policiais e quais serão seus objetivos, além dos países em que atuará (UZIEL, 2010).

Sendo assim, no que tange às funções a serem exercidas, o Secretariado realizou uma listagem para as missões classificadas como tradicionais, que visa a: observação, monitoramento e informação; supervisão de cessar-fogo; e interposição entre as partes. E para as missões de segunda geração, indicou: criação de ambiente estável que permite ao Estado retomar suas funções; facilitar processos políticos e promover a reconciliação; além de prover um ambiente adequado para atuação dos demais atores do sistema das Nações Unidas (UZIEL, 2010).

Compreende-se, portanto, que os países-membros do Conselho de Segurança é que irão julgar se há ou não a necessidade da realização das operações de paz, de acordo com os critérios analisados em cada caso, como se há a ameaça a paz, se há a necessidade de realizar um cessar-fogo em regiões que estão passando por conflitos ou de proteger os direitos humanos.

Apesar de ser o Conselho o órgão legitimado para lidar com questões securitárias, a primeira missão de paz foi autorizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, após impasses entre os países membros do Conselho, através da Resolução 998, com vistas ao estabelecimento de “um plano para a criação, com o consentimento das nações interessadas, de uma força internacional de emergência das Nações Unidas, para assegurar e supervisionar a cessação de hostilidades”⁵ e caracterizou-se pelo envio de militares ligados à ONU, sendo a *United Nations Emergency Force I* (UNEF I), para acompanhar o Acordo de Armistício entre os israelenses e os árabes, a partir do monitoramento do cessar-fogo e da supervisão da retirada das forças estrangeiras da região (FAGANELLO, 2013).

Foi uma operação que contou com 120 homens desarmados e teve papel importante por se tratar de uma operação bem sucedida em um momento histórico marcante, a Crise de Suez, e por determinar o fato de que as Nações

5 AQUINO, Celso. **Criação da UNEF**. Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/unefcriacaodaUNEF.htm>. Acesso: 09 set. 2020.

Unidas passariam a atuar de forma imparcial, com o consentimento das partes envolvidas e com o uso mínimo da força. Tais formas de atuação se tornaram os princípios básicos das missões de paz.

Compreendendo a importância das operações para a existência de uma maior estabilidade no sistema internacional, é cabível discorrer sobre a Agenda Para a Paz, criada em 1992 pelo ex-Secretário-Geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali, que defendeu cinco grandes conceitos que deveriam guiar a atuação da ONU de forma a promover a segurança internacional: diplomacia preventiva, sendo uma forma de prevenir as disputas entre as partes; a promoção da paz (*peacemaking*), sendo a ação de fazer com que as partes conflitantes cheguem a um acordo; a manutenção da paz (*peacekeeping*), sendo a colocação de militares e policiais ligados à ONU na região, com o consentimento das partes, para estabelecer um cessar-fogo ou um acordo; a imposição da paz (*peace enforcement*), caracterizada pelo uso da força coercitiva para impor a paz; e construção da paz (*peacebuilding*), sendo o estabelecimento de uma paz sustentável após conflitos por longos (RABELO, 2016).

Destarte, cabe ao Conselho de Segurança, conforme o Artº. 39 do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, determinar o que configura como ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão e fazer recomendações ou decidir que medidas deverão ser tomadas a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Ainda, conforme os Artsº. 41 e 42 da mesma Carta, ao analisar cada caso, deve julgar os mecanismos necessários para preservação de um ambiente pacífico e estável, seja por vias diplomáticas, não envolvendo o emprego da força, ou, através da utilização de forças aéreas, navais ou terrestres, recorrendo, assim, ao uso da força (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Tendo em vista que, desde o estabelecimento das missões de paz em 1948 já foram implementadas mais de 70 operações, contando com a atuação de mais de 1 milhão de homens e mulheres⁶, torna-se possível reconhecer o papel das operações de manutenção da paz enquanto um dos mecanismos internacionalmente reconhecidos para a promoção dos direitos humanos, garantia da paz, de instituições duradouras e da estabilidade do sistema internacional.

Apesar da evidente importância das missões para o sistema internacio-

6 DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **UN Peacekeeping:** 70 years of service & sacrifice. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/un-peacekeeping-70-years-of-service-sacrifice>. Acesso: 10 set. 2020.

nal e da evocação que fazem relação aos direitos humanos, ao analisarmos os contingentes enviados para as zonas de conflito e apesar dos objetivos estabelecidos pela ONU em 2015, observamos uma disparidade em relação a presença dos homens e das mulheres, uma vez que, em 2019, 16,7% dos oficiais e observadores militares em operações de manutenção da paz são mulheres. Por outro lado, apenas 4,7% dos contingentes militares são formados por mulheres. Observa-se que apenas 6% dos militares uniformizados, da polícia, da justiça e correção pessoal são mulheres⁷. Assim, é cabível trazer à tona a questão levantada por Enloe (2014, p. 2, tradução nossa): “onde estão as mulheres?”⁸.

3 O FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As correntes feministas nas relações internacionais ganharam força na década de 1990, pela constatação do fato de que as relações internacionais partem da perpetuação das construções masculinas e da maximização de poder, sem considerar as questões sociais e, principalmente, as de gênero e a implicação do papel que a construção patriarcal possui nas estruturas de poder e nas tomadas de decisões.

Isto posto, tal viés de pensamento vem com o intuito de desconstruir a forma como a política internacional foi estabelecida ao abordar a realidade de que as mulheres também são afetadas por questões políticas e securitárias, sendo muitas vezes alvo de violência sexual em todo o mundo e vítimas de graves violações em zonas de conflito e que, apesar disso, só quem tratava de tais questões eram homens e, como as histórias das guerras sempre foram contadas por homens, a única perspectiva a ser levada em consideração é a dos homens.

Dessa forma, as correntes que passaram a levantar as questões de gênero ascenderam com o fito de questionar o *status quo* masculinizante das questões políticas e a forma como as mulheres sempre foram marginalizadas enquanto atores das relações internacionais, uma vez que sempre existiu uma criação cultural versando sobre o que deve ser um papel a ser representado por homens e quais devem ser representados por mulheres.

Destarte, as correntes feministas vieram com o propósito de desmistifi-

7 DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Uniformed Women In Peace Operations**. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/uniformed_women_infographic_150520_updated.pdf. Acesso: 10 set. 2020.

8 No original: “*where are the women?*”

car o papel da mulher ao chocarem-se com as teorias tradicionais das relações internacionais que não levavam em conta as questões de gênero, o impacto das políticas globais nas mulheres e a contribuição feminina enquanto ator ativo nas tomadas de decisões, pois, “o foco tradicional dos Estados e das relações entre eles perpassa o fato de que homens estão predominantemente no poder nas instituições estatais, dominando as estruturas de poder e de tomada de decisão” (SMITH, 2017, p. 63, tradução nossa)⁹.

Faz-se, assim, fundamental trazer a compreensão de Tickner (1992, tradução nossa),

Masculinidade e política têm uma longa e estreita associação. Características associadas à “masculinidade”, como dureza, coragem, poder, independência e até força física, foram, ao longo da história, as mais valorizadas na condução da política, particularmente na política internacional. Frequentemente, a masculinidade também foi associada à violência e ao uso da força, tipo de comportamento que, quando praticado no cenário internacional, tem sido valorizado e aplaudido em nome da defesa do país¹⁰.

Por conseguinte, os cargos políticos e militares, por serem considerados âmbitos que necessitam de um comportamento mais racional, não emotivo; de uma perspectiva mais incisiva na demonstração de força e de poder; de uma capacidade de tomar decisões em meio ao conflito, além de haver uma consideração até mesmo pela força física, sendo, portanto, compreendido como um comportamento e características opostas ao que foi idealizado como feminilidade, tendo em vista que o significado de ser mulher sempre esteve associado à emotividade, à vulnerabilidade, à passividade e à maternidade, sempre foram classificados como cargos masculinos, sendo, portanto, uma esfera ocupada, durante anos, exclusivamente por homens.

Posto isto, a partir do momento em que se questiona a masculinidade hegemônica, cria-se a possibilidade de quebrar o padrão hierárquico que foi criado nas relações de poder e na forma como se age enquanto ator político, pois quando se tem o olhar para as questões de gênero, há a quebra dos estereótipos criados para definir o que é feminino e o que é masculino, deslegitimando a desigualdade social e promovendo a inclusão feminina nas instituições que

⁹ No original: “the traditional focus on states and relations between them overlooks the fact that men are predominantly in charge of state institutions, dominating power and decision-making structures.”

¹⁰ No original “Masculinity and politics have a long and close association. Characteristics associated with “manliness,” such as toughness, courage, power, independence, and even physical strength, have, throughout history, been those most valued in the conduct of politics, particularly international politics. Frequently, manliness has also been associated with violence and the use of force, a type of behavior that, when conducted in the international arena, has been valorized and applauded in the name of defending one’s country.”

versam sobre as *high-politics*.

À luz disso, é possível afirmar que há uma notável disparidade no que tange a presença feminina enquanto membro do corpo militar, tendo em vista que a percepção das mulheres como agentes capazes de lutar em meio a conflitos armados e como agentes mediadores de conflitos foi tardia, uma vez que, “homens vivendo em um mundo perigoso são comumente vistos como protetores naturais. Mulheres vivendo em um mundo perigoso são supostamente quem precisa de proteção” (ENLOE, 2014, p. 31, tradução nossa)¹¹.

Com base nisso, ao analisar as questões de violência direta e indireta sofrida pelas mulheres em zona de conflito, a forma como as questões de violência de gênero se expressam em situações de conflito e a sub-representação feminina nas operações de paz, seja como agente do corpo militar e policial ou enquanto membros de negociação da paz; ao observar a complexidade em lidar com as vítimas de conflitos, coube ao CSNU, em 2000, inserir o tema Mulheres, Paz e Segurança na agenda do órgão.

4 AS MULHERES E AS MISSÕES DE PAZ

É possível fundamentar a marginalização e a ausência da presença feminina nas operações de manutenção de paz partindo do fato de que, entre 1957 e 1979, apenas 5 de 6.250 soldados de *peacekeeping* eram mulheres e em 1993 as mulheres eram um total de 1% nas missões de paz das Nações Unidas¹² e, ainda, na parte esmagadora das vezes, não havia a atuação diretamente em campo (BERTOLAZZI, 2010).

Assim, em 2000, o *The Windhoek Declaration and the Namibia Plan of Action* foi criado com vistas a estabelecer uma equiparação de gênero dentro das operações, tornando as mulheres parte de todos os estágios do processo. É uma declaração que aborda a importância da atuação das mulheres para a efetividade das operações. Assim, apela para o aumento dos esforços e dos mecanismos que possibilitem o alcance da igualdade de gênero, como é possível observar no preâmbulo da declaração:

Para garantir a eficácia das operações de apoio à paz, os princípios de equidade e igualdade de gênero devem permear toda a missão, em todos os níveis, garantindo

¹¹ No original: “Men living in a dangerous world are commonly imagined to be the natural protectors. Women living in a dangerous world allegedly are those who need protection.”

¹² DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Women in peacekeeping**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em: 13 set. 2020.

assim a participação de mulheres e homens como parceiros e beneficiários iguais em todos os aspectos do processo de paz, desde a manutenção da paz, reconciliação e construção da paz, em direção a situações de estabilidade política em que mulheres e homens desempenhem um papel igual no desenvolvimento político, econômico e social de seu país (United Nations Transitional Assistance Group, 2000, tradução nossa)¹³.

Tendo em vista os esforços das Nações Unidas em fomentar e reconhecer os direitos das mulheres como um direito humano fundamental, com vistas a acabar com qualquer tipo de discriminação que tenha embasamento sexista, também no ano de 2000, o CSNU aprovou, por unanimidade, a Resolução 1325, que inseriu o tema Mulheres, Paz e Segurança na agenda, tendo como objetivo o aumento da participação e da representação das mulheres em todos os níveis de tomadas de decisões; uma atenção maior para a proteção das mulheres e meninas em zonas de conflito; além de colocar em perspectiva as questões de gênero no geral. É uma resolução que baseia-se na proteção, prevenção e participação feminina¹⁴.

Ademais, visa a assegurar o impacto positivo que pode advir da garantia dos direitos das mulheres, uma vez que promove um maior acesso à justiça e um maior combate à violência e exploração sexual, práticas que tiveram considerável crescimento com o início das missões de paz. Além disso, há, ainda, a possibilidade de promoção de uma abordagem diferente do que outrora fora estabelecido como forma ideal de resolução de conflito, tendo em vista que com a maior presença feminina, a chance de ocorrer uma quebra do padrão masculinizante estabelecido é maior.

À luz disso, torna-se fundamental trazer a perspectiva de Gerard J. De-Groot (2010, apud Vascounto, 2015):

Quando mulheres peacekeepers estão presentes, a situação se torna mais próxima da vida real e, como resultado, os homens tendem a se comportar mais. Qualquer conflito em que você tem um exército inteiramente composto por homens é como se você tivesse férias da realidade. Quando você coloca mulheres na situação, elas têm um efeito civilizador.

Tendo isto em mente, o Departamento de Operações de Paz (DPO), organismo da ONU para assuntos de manutenção da paz, defende que a presença

¹³ No original: *"In order to ensure the effectiveness of peace support operations, the principles of gender equity and equality must permeate the entire mission, at all levels, thus ensuring the participation of women and men as equal partners and beneficiaries in all aspects of peace process, from peacekeeping, reconciliation and peacebuilding, towards situations of political stability in which women and men play an equal part in the political, economic and social development of their country."*

¹⁴ DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **UN Peacekeeping**. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpo_pages_participation_protection_prevention_sgbv_combined.pdf. Acesso: 16 set. 2020.

das mulheres faz-se crucial pois ajuda a reduzir conflitos e confrontos; facilita o acesso e apoio às mulheres locais, principalmente em lugares onde os homens não podem conversar com indivíduos do sexo feminino; favorece o empoderamento da mulher na comunidade; ajuda a criar ambientes mais seguros e menos violentos; reforça o comprometimento da ONU com a diversidade, inclusão e igualdade de gênero; e age como modelos locais, inspirando mulheres e meninas em sociedades dominadas por homens para lutarem pela participação nos processos de paz¹⁵.

Dessa forma, é cabível citar o representante especial do Primeiro-Ministro do Reino Unido na Prevenção da Violência Sexual em Conflitos, Tariq Ahmad: “você coloca alguém em uma zona de conflito que é uma mulher, [e] isso muda toda a percepção. Isso inspira toda uma geração de jovens mulheres.”(tradução nossa)¹⁶.

Assim, com vistas ao incentivo e ao fomento da participação e recrutamento feminino nos temas referentes a paz e segurança internacional, já foram adotadas outras oito resoluções, após a Resolução 1325, sendo esta uma forma de ação da ONU para promover a paz duradoura, pois possui o objetivo de recomendar aos Estados que adotem e concretizem a implementação da agenda Mulher, Paz e Segurança¹⁷.

Sabendo-se que, em 2014, de aproximadamente 125,000 *peacekeepers*, as mulheres constituíam somente 3% do corpo militar e 10% da polícia civil nas Missões de Paz¹⁸, houve a formulação da Resolução 2242 do CSNU, em 2015, que estipulou a meta, para os estados membros, de dobrar o percentual de participação feminina em operações de manutenção da paz (naquele ano, em média de 3,7% de militares e 9,5% de policiais) até 2020. Contudo, esta meta foi prolongada para o ano de 2028, que estabeleceu como objetivo o aumento do contingente militar para 15% e 25% para observadores militares e oficiais de serviço. Para as unidades policiais é de 20% e 30% para oficiais policiais individuais.

15 DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Index**. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dkpo/dpko/index.asp>. Acesso em: 16 set. 202

16 No original: “*You put someone in a conflict zone who is a woman, [and] it changes the whole perception. It inspires a whole generation of young women*”. **We need more female peacekeepers in war zones**. Disponível em: <https://www.ft.com/content/87e2c5cc-4ef1-11e9-8f44-fe4a86c48b33>. Acesso em: 16 set. 2020

17 MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil e a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/20033-o-brasil-e-a-agenda-de-mulheres-paz-e-seguranca>. Acesso em: 16 set. 2020

18 DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Women in Peacekeeping**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em: 16 set. 2020

Posteriormente, em agosto de 2017, o Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, estipulou metas solicitando a todos os países contribuintes de tropas que assegurassem, de imediato, a representação de 15% de militares e 20% de policiais do sexo feminino em operações de manutenção da paz¹⁹.

Nota-se, então, que apesar da dificuldade em aumentar a participação feminina nas forças policial e militar, a presença feminina e o reconhecimento de sua importância enquanto agentes, seja na área de mediação de conflitos, seja na linha de frente das zonas de guerras, são forças crescentes, ainda que embrionárias.

5 CONCLUSÃO

No presente artigo buscou-se analisar a disparidade existente entre a presença dos homens e das mulheres nas Operações de Manutenção da Paz e discorrer sobre a importância do papel das correntes feministas enquanto uma via teórica que surgiu em prol de questionar a realidade fática existente nas relações de poder como um todo e a forma como as questões de militarização e gênero estão associadas.

Assim, foi preciso, primeiramente, abordar a criação, o funcionamento e o propósito das Missões de Paz e, posteriormente, quais as implicações causadas pela masculinização da política e da segurança internacional, além da forma como isso reflete na marginalização e na ausência das mulheres enquanto atuantes em zonas de guerra e nas instituições responsáveis por lidar com resoluções de conflitos e implementação da paz.

Desta forma, fez-se fundamental abordar dados empíricos como forma de explicar a progressão da inserção das mulheres enquanto agentes atuantes nas zonas de conflito e a forma como as Nações Unidas visam, através de Resoluções e da criação da agenda “Mulheres, Paz e Segurança,” a mudança na formatação dos contingentes em prol da busca pelo alcance de uma menor desigualdade de gênero.

Ademais, foi necessário trazer a perspectiva da DPKO em relação à presença feminina na linha de frente, pois, é possível notar um maior desenvolvimento no que se refere à defesa dos direitos das mulheres e em relação a

¹⁹ MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil e a Agenda de Mulheres, Paz e Segurança.** Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/20033-o-brasil-e-a-agenda-de-mulheres-paz-e-seguranca>. Acesso em: 16 set. 2020

maior proteção e acolhimento das vítimas de violência e exploração sexual.

Portanto, foi um trabalho que visou a agregar conhecimento para a academia a partir da visão de que as questões de gênero perpassam toda a estrutura das relações internacionais e de que, para analisarmos e lidarmos com questões de conflitos devemos nos despir de uma visão crua da realidade e principalmente, devemos desmistificar o que foi socialmente criado para se referir como a esfera que deve ser preenchida por homens e a que deve ser preenchida por mulheres, pois, “se o trabalho é bem feito, não importa se é um homem ou uma mulher. Mas a mulher nesse trabalho é a manifestação ideal da ONU.” (SECRETÁRIO-GERAL Adjunto das Nações Unidas apud CONAWAY e SHOEMAKER, 2008, p. 25, tradução nossa)²⁰.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Celso. **Criação da UNEF**. Disponível em: <http://www.batalhaosuez.com.br/unefcriacaodaUNEF.htm>. Acesso em: 09 set. 2020.

BERTOLAZZI, Francesco. **Women with a Blue Helmet: The Integration of Women and Gender Issues in UN Peacekeeping Missions**. UN-instraw working paper series, 2010.

CONAWAY, Camille Pampell; SHOEMAKER, Jolynn. **Women in United Nations Peace Operations: Increasing the Leadership Opportunities**. Women In International Security. Georgetown University, 2008.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Files**. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpo_pages_participation_protection_prevention_sgbv_combined.pdf. Acesso: 10 set. 2020.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Index**. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/dkpo/dpko/index.asp>. Acesso em: 16 set. 2020

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **UN Peacekeeping: 70 years of service & sacrifice**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/un-peacekeeping-70-years-of-service-sacrific>. Acesso: 16 set. 2020

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Women in Peacekeeping**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em: 16 set. 2020.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS. **Our history**. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/our-history>. Acesso em: 15 set. 2020.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. University of California Press, edição revisitada, 2014.

ENLOE, Cynthia; SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives**. Santa Barbara, California. ABC-CLIO, LLC, 2010.

²⁰ No original: “If the job is well done, it doesn't matter if it's a man or a woman. But a woman in this job is the ideal manifestation of the UN.”

FAGANELLO, Priscila. **Operações de Manutenção da Paz da ONU**. Brasília, DF: Funag, 2013.

ONU MULHERES - Organização das Nações Unidas Mulheres. **Paz e segurança**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>. Acesso em: 09 set. 2020.

PHILLIMORE, Arabella. **We Need More Female Peacekeepers in War Zones**. Disponível em: <https://www.ft.com/content/87e2c5cc-4ef1-11e9-8f44-fe4a86c48b33>. Acesso: 16 set. 2020.

RABELO, Maitê Marchandt. **A “Agenda para a Paz” e o legado de Boutros-Ghali**. Wordpress, 2016.

RABELO, Maitê Marchandt. **A “Agenda para a Paz” e o legado de Boutros-Ghali**. Wordpress, 2016. Disponível em: <https://cursosapientia.wordpress.com/2016/02/17/a-agenda-para-a-paz-e-o-legado-de-boutros-boutros-ghali/>. Acesso em: 15 set. 2020.

SMITH, Sarah. **Feminism**. Em: MCGLINCHEY, Stephen; WALTERS, Rosie; SCHEINPFLUG, Christian (org.). *International Relations Theory*. E-International Relations, 2017.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations-Feminist Perspective in Achieving Global Security**. New York: Columbia University Press, 1992.

UNITED NATIONS TRANSITIONAL ASSISTANCE GROUP. **Windhoek Declaration**. 2000. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/windhoek_declaration.pdf. Acesso em: 15 set. 2020

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. Brasília, DF: Funag, 2010.

VASCOUTO, Lara. **Mulheres Peacekeepers: Tão Reais quanto Necessárias**. Disponível em: <http://nodeoito.com/mulheres-peacekeepers/>. Acesso em: 15 set. 2020.